

Episódios

por José Diniz

A OBRA QUE FALTAVA

“DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS – A GERAÇÃO DA RUTURA”



Com este mesmo antetítulo e neste mesmo espaço, dizíamos na edição de Janeiro que “o projeto [do livro da ADFA] está quase a chegar ao fim e podemos dizer, com bastante certeza, que em Maio teremos a História da ADFA passada a escrito”. De facto, ela já está no prelo e no próximo dia 30 de Maio vamos, finalmente, conhecê-la. A cerimónia da sua apresentação será presidida pelo Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa que, pela primeira vez, visitará a ADFA.

Uma pequena equipa, determinada e persistente, conseguiu, ao longo dos últimos quatro anos, levar este projeto a bom porto com o apoio determinante da Direção Nacional.

Na fase de revisão tivemos o privilégio de ler quase todos os capítulos e a sensação que ficou é que os deficientes militares e a sua Associação conseguiram transpor para o papel um retrato fiel e circunstanciado do que foi o seu percurso desde as vivências da guerra até à atualidade. E fazem-no de forma desapaixonada, por vezes chocante, como chocantes foram as cenas de guerra que os afetaram no corpo e no espírito e as lutas que travaram pelos seus direitos.

E essa luta foi travada do zero, sem qualquer retaguarda onde se pudessem apoiar e orientar, a não ser a onda de liberdade gerada pelo 25 de Abril uns dias antes. Das vítimas da I Guerra Mundial e das suas organizações nada encontraram escrito que servisse de guião; apenas um “Código de Inválidos” atirado para o lixo pelo Estado Novo e alguns despojos humanos que ainda vieram beneficiar do DL 43/76. Nos momentos mais quentes dessas lutas travadas sem rede, nos idos de 1975-1976, houve radicalização de atitudes que poderiam deitar tudo a perder; mas foi também graças a essas posições mais enérgicas que se conseguiram alcançar grandes objetivos.

A riqueza desta obra não reside numa grande investigação de arquivos empoeirados, nem no facto de ter sido escrita por um historiador credenciado. Essa riqueza reside, sim, nos muitos depoimentos recolhidos dos associados e destacados, no todo ou em parte, ao longo dos capítulos. Reside também ter sido idealizada e produzida por associados. E quando foi preciso complementar os depoimentos, outro suporte está sempre presente ao longo de cada página, como fonte privile-

giada: o Jornal ELO, o verdadeiro “diário” da ADFA desde Novembro de 1974.

Poderão pensar os leitores menos atentos: mas uma coisa feita só com a “prata da casa” não passará de um panegírico, de uma “obra do regime”!... Não é assim. Pela sua leitura sobressai o papel e a importância mais que legítimos da ADFA na construção de uma nova sociedade assente em princípios democráticos, humanísticos e de solidariedade. Mas sobressai também uma preocupação permanente de isenção e de objetividade por parte da comissão de redação. O sal usado na confeção está na medida certa.

Outro contributo que vai enriquecer esta obra e tirar dúvidas sobre a sua oportunidade e importância é conferido pela grandeza intelectual e cívica do Professor Eduardo Lourenço que, prontamente, aceitou escrever o prefácio. Tanto quanto sabemos, o texto que escreveu vai no sentido da conferência que veio proferir à ADFA em 19 de Dezembro de 2011, que fechou o ciclo comemorativo dos 50 anos do início da Guerra Colonial. Para avaliar do valor deste Homem, basta referir a atitude que ele tomou quando lhe deram a palavra. Levantou-se da mesa de honra, dirigiu-se ao parlatório e começou com estas palavras: “*A minha idade permitiria que falasse sentado, mas o respeito que me merece esta assembleia falaréi de pé...*” (ver ELO de Janeiro/2012).

Em conclusão, podemos dizer que este livro é uma boa síntese de tudo o que há para deixar às gerações futuras. Não é o testamento da ADFA nem o seu “canto do cisne”. Antes pelo contrário, é um alerta para as gerações vindouras. A ADFA está bem viva e há de sobreviver aos seus associados: por doutrina que ajudou a construir, por um edifício legislativo em que foi ponta de lança, tanto em favor dos deficientes militares como dos deficientes civis, pelo pioneirismo no associativismo em Portugal, pelo exemplo de coesão, unidade e cidadania, pela democracia da sua organização e vida associativa, por legados como esta obra.

Por direito próprio, a ADFA é parte integrante da História de Portugal e não se poderá estudar a História Militar ou a História Geral deste País, das últimas décadas, sem contar com a História da ADFA, sem recorrer, pelo menos, a este livro, que é um importante contributo para o relato da “nossa última cruzada”, como chama Eduardo Lourenço à Guerra Colonial.

Editorial

Pela Direção Nacional



“Maio, maduro Maio”

Após a nossa Assembleia-Geral Nacional, começamos a promover os contactos oficiais para dar a conhecer o nosso caderno reivindicativo, aprovado no dia 25 de março último. Como bem sabem, despontou a primavera e, assim, como o desabrochar das flores em 1974, despertou em nós uma potente energia que fez redobrar os nossos sonhos, o nosso querer.

Foram inexcusáveis os Capitães de Abril que, naquele dia da Revolução dos Cravos, derrubaram a ditadura.

A razão de tudo foi acabar com a Guerra Colonial, era preciso descolonizar e, de seguida, democratizar e, logo no dia seguinte, desenvolver. Dessa maldita guerra resultaram milhares de mortes e, esta multidão que somos nós o rosto visível da Condição Militar, aglutinou-se à volta da ADFA como organização representativa de todos os deficientes militares.

Nós, que erguemos esta Instituição, que comemora este mês 43 anos de vida, cheia de vigor, apesar de nos encontrarmos num acelerado processo de envelhecimento, continuaremos a exigir a dignidade a que temos direito até ao último ciclo das nossas vidas.

Com este vigor aguardamos que o Governo aprove as leis que nós há muito reclamamos. Este é o nosso dever!

Estará connosco, na comemoração do nosso aniversário, atento, o Excelentíssimo Ministro da Defesa Nacional, o que muito nos honra.

Portugal enviou-nos para a Guerra Colonial, no cumprimento do Serviço Militar Obrigatório, em situação de perigo e perigosidade, com o nosso sacrifício, sofrimento e de risco da própria vida. A nossa geração cumpriu. Estava predestinado cair o império colonial.

Por isso, cada vez mais firmes e com voz autorizada dissemos, dizemos e diremos “nós somos a força justa das vítimas de uma guerra injusta”.

A ADFA é um verdadeiro Capitão de Abril. Tomamos nas nossas mãos o nosso destino quando fomos para a rua manifestar-nos e condenar as consequências malélicas da guerra e dessa forma foi aprovado a primeira lei a nosso favor, o Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro.

Depois implantámo-nos no País, através das delegações, que hoje são 12, que garantem a participação ativa dos associados na vida da ADFA. Desenhámos um projeto, aplicámos programas para a nossa reabilitação socioprofissional, escolarizámo-nos e alfabetizámo-nos, produzimos a rotura necessária, passámos a ser agentes plenos e ativos da mudança para chegarmos à Cidadania. Hoje o Estado reconhece o papel desta Organização. Hoje ainda continuamos a desenvolver projetos. Estamos a chegar ao epílogo da obra que construímos em conjunto, passada a escrito, o livro dos 40 anos. Sim, o nosso livro está pronto, mas a nossa obra ainda não acabou!

Na data do lançamento deste livro, teremos connosco, solidário, Sua Excelência o Presidente da República, o nosso Comandante Supremo das Forças Armadas, o que muito nos dignifica.

É preciso estarmos, cada vez mais, coesos e unidos para garantir o presente e o futuro, com redobrada esperança e total convicção de que estamos a cumprir Abril, 14 de maio de 1974 e a cumprir Portugal.